

# Obituário

## Robert A. Dahl Poliarquia e Participação

Com a morte recente de Robert A. Dahl (1915-2014), autor de «Polyarchy: Participation and Opposition» (Yale University Press, 1971) desaparece uma das figuras mais influentes da ciência política moderna.

**F**oi este professor da Universidade de Yale que melhor soube estudar a democracia como um sistema com potencialidades e limitações, que obrigam a um permanente esforço de estudo comparado e de aperfeiçoamento. Pode dizer-se que Robert Dahl é um dos pensadores da democracia que melhor soube articular a análise das dificuldades inerentes à construção de um sistema naturalmente imperfeito e a consideração dos diversos e complexos fatores que fragilizam a representação e a legitimidade dos cidadãos. Daí a tensão permanente, na sua reflexão, entre a estabilidade política e a igualdade cívica. Os dois elementos estão em constante conflito – como o «homo economicus» e o «homo politicus». Com efeito, a democracia necessita de eficiência, o que apenas se alcança com estabilidade, mas corre o risco de se



POR  
**Guilherme  
d'Oliveira  
Martins**

Presidente do Tribunal de contas. Membro do conselho editorial de Nova Cidadania

enfraquecer pela resignação e pela indiferença das pessoas. Eis por que razão a igualdade e a liberdade dos cidadãos tem de ser considerada e fortalecida através de sobressaltos políticos e da consideração efetiva da conquista da igualdade.

A partir dos exemplos de Madison e de Jefferson, Dahl, ao longo da vida, disse-nos que não há modelos perfeitos ou acabados nem soluções puras, do mesmo modo que a consideração da fragilidade e da incompletude é não só garantia do respeito da dignidade humana, mas tam-

bém risco de mediocridade e de perda de energia. Afinal, é entre a legitimidade da origem e a legitimidade do exercício que tudo se passa – numa tarefa sempre imperfeita. A obra de Dahl desenvolve-se em torno de uma verdadeira e fecunda obsessão: o estudo das características, ambivalências e perigos da democracia. Longe da lógica meramente teórica ou normativa e da mera análise passiva sobre o funcionamento dos sistemas existentes, o mestre de Yale procurou articular os diversos temas, afastando-se da mera comparação entre princípios e práticas. E pode dizer-se que não se deixou ficar nas conclusões a que foi chegando, uma vez que foi avançando sempre, pon-do muitas vezes em causa as suas próprias conclusões anteriores. Quando em 1961 escreveu «Who Governs? Democracy and power in an American city», pode dizer-se que o tema não mais pôde ser discutido como era até aí. O TLS («Times Literary Supplement») considerou a obra, aliás, como um dos cem livros mais influentes no mundo, desde 1945. Trata-se de um estudo sobre as decisões políticas na cidade de New Haven que permitiu demonstrar que a prática confirmava o pressuposto de que os diferentes grupos têm a mesma capacidade de se fazer ouvir e de influenciar as decisões públicas, justificando o exercício pluralista da democracia nos EUA.

Para Robert Dahl, a gestão pública é um instrumento técnico inventado para atingir objetivos políticos estabelecidos pelas lideranças eleitas. Sendo o único modo de contrariar as tiranias a participação política, tal pressupõe estabilidade, pluralismo e representação. A questão essencial está, porém, no processo pelo qual os cidadãos comuns influenciam a liderança. Madison, apresentado por Dahl como céptico e hobbiano, defendia uma república não tirânica, demarcando-se da democracia direta, que corria o risco de se tornar despótica e demagógica. Ao invés Jefferson, otimista e lockiano, era favorável a uma maior participação de todos. O certo é que as tiranias mais duradouras foram impostas por minorias organizadas, já que uma maioria de interesses tem grande dificuldade em se constituir num agrupamento estável e em fator de governabilidade. Com o tempo, Robert A. Dahl verificou que o princípio da igualdade política era ameaçado pelas interferências do poder económico, que limitava a participação dos cidadãos.

Daí falar de «poliarquia» como o «poder de muitos», que não equivaleria necessariamente ao governo do povo, pelo povo e para o povo. As democracias contemporâneas registam, deste modo, uma discrepância entre igualdade social, liberdade individual e pluralismo político. De um lado, os novos políticos estão mais preparados nas artes da manipulação da opinião pública e no uso da máquina administrativa para arregimentar votos, enquanto haveria o risco da degenerescência das democracias em governos da multidão, contra o qual alertavam já A. de Tocqueville e B. Constant. Assim, o cidadão comum é pouco informado e facilmente conduzido a fazer escolhas políticas contrárias aos seus interesses, enquanto as elites influentes, fortemente racionais e calculistas, são capazes de agir mais eficazmente para atingir os seus fins. As classes médias dos subúrbios perdem-se pela segregação social e pela desigualdade económica. E os partidos deixam de ser guardiães de doutrinas, sendo gestores de coligações rivais associadas para conquistar o poder.

Em 1967, Robert Dahl assumiu a presidência da Associação Americana de Ciências Política, no auge das lutas civis no seu país, o que o levou a repensar as suas conclusões, aperfeiçoando-as. Qual

seria o catálogo das condições procedimentais e culturais mínimas que permitiriam confirmar a realização do ideal democrático? Perante a imperfeição, importaria proceder a uma análise muito rigorosa sobre as diferentes situações existentes, de modo a corrigir a aplicação de um ideal permanentemente inacabado. A partir de 1971, Dahl vai referir-se à democracia, como governo responsável para todos os cidadãos, tendo a igualdade política como pré-requisito básico; à igualdade, como a referência indispensável para que os cidadãos expressem escolhas e preferências, igualmente consideradas, para a conduta do governo; e à democratização, como um processo ascendente de contestação política associada à expansão dos direitos de participação. Fala assim de hegemonia fechada quando não há eleições competitivas nem direitos de participação; em hegemonia inclusiva quando não há eleições competitivas, mas direitos de participação; em oligarquia competitiva quando há eleições competitivas sem inclusão política e em poliarquia no caso dos regimes inclusivos, abertos à participação política. E Dahl refere caminhos diferentes de chegada à poliarquia: ora a liberalização precedeu a inclusão (como

na Inglaterra e na Suécia); ora a inclusão veio antes da liberalização (como na Alemanha); ora houve um processo de simultaneidade (como em França). No entanto, não pode falar-se de inclusão e liberalização sem considerar o desenvolvimento económico, impulsionado por três fatores: o acesso à educação, à informação e à comunicação: o pluralismo político e a redução das desigualdades nos rendimentos. E aqui está uma das chaves de grande atualidade relativamente ao pensamento de Robert Dahl: é que a estabilidade e a igualdade estão intimamente ligados, alternando a sua influência relevante. Fernando Vallespín fala, pois, de um sentido profético no seu pensamento: chamando a atenção sempre para a sua máxima preocupação sobre o perigo para a saúde democrática resultante da globalização, da concentração do poder económico e do agravamento das desigualdades.

A poliarquia começa por se apresentar como justa e virtuosa, mas corre o risco de se corromper, assumindo a monstruosidade do Leviatã, não por via da repressão, mas por força da apatia política, da resignação pública, que cede campo ao egoísmo especulativo do «homo economicus»... Que maior atualidade? ■

## Jacques Le Goff

# Historiador Completo

Jacques Le Goff foi um dos historiadores europeus contemporâneos com maior influência no final do século XX. «La Naissance du Purgatoire» (Gallimard, 1981) é já um clássico, onde se analisa a génese da sociedade moderna à luz da mudança de mentalidades. «Descobri que a Idade Média (disse o historiador) foi um período essencial para a formação da nossa sociedade e da nossa cultura, talvez mesmo a mais importante.

**F**oi, com efeito, na Idade Média que se pôs em prática o elemento fundamental da nossa identidade coletiva que é o cristianismo. Foi na Idade Média que vimos aparecer o Estado e a Ideia de soberania». Então nasceram as línguas atuais, apareceram as cidades modernas e o poder tornou-se urbano, além do surgimento das Universidades e da própria ideia de Europa. «Atrás da razão, a Idade Média soube ver a paixão do justo, atrás da ciência, a sede da verdade, atrás da crítica, a procura do melhor». O historiador considerava, assim, a Idade Média como a matriz da nossa cultura, não podendo, no entanto, esquecer-se a parte sombria desse tempo (durante o qual o historiador não teria gostado viver).

Ao lermos a sua vasta obra, desde a análise da intelectualidade medieval até às biografias de S. Luís de França e de